



Quinta-feira, 01 de julho de 2021 às 13:06, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3131054: DECISÃO ADMINISTRATIVA - PETIÇÃO

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Jaraguá do Sul

MUNICÍPIO

Jaraguá do Sul



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3131054>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

**Petição – Empresa Orbenk Administração de Serviços Ltda.
Pregão Eletrônico 45/2021**

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I. RELATÓRIO

Trata-se de petição apresentada pela Empresa Orbenk Administração de Serviços Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dona Leopoldina, 26, Centro, no município de Joinville, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.283.065/0001-41, ao Edital de Pregão eletrônico n. 45/2021, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de limpeza urbana, visando o atendimento das necessidades do município, conforme os quantitativos estimados e descrições das atividades a serem desenvolvidas, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência.

No mérito da petição, requerem a reconsideração da declaração de vencedora do processo licitatório em face da empresa GM INSTALADORA EIRELI, sustentando que há vício na planilha de composição de custos desta.

Em especial argumentam que o adicional de insalubridade do auxiliar de limpeza está errado, informando que a empresa considerou o percentual de 20% (vinte por cento) sendo que deveria considerar o percentual de 40% (quarenta por cento).

Diante disso, alega que havendo a majoração do percentual do grau de insalubridade, o preço da empresa vencedora restaria inexecutável.

Em suma, não se trata de recurso administrativo da sessão de julgamento das propostas, uma vez que embora a peticionante manifestou interesse de interpor recurso no prazo legal, transcorreu o referido prazo sem interposição de recurso.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

No mérito, a petição não merece ser acolhida, adotando-se como razões de decidir a motivação que consta no parecer técnico n. 193/2021 da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública.

No teor do parecer técnico há a seguinte fundamentação:

No entanto, os percentuais de insalubridade geralmente estão dispostos em Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), mencionando a ausência de direito à insalubridade ou o percentual especificado nas planilhas de custos, seja pela inexistência de risco ou pelo seu afastamento, por meio de uso dos equipamentos de proteção utilizados na atividade, a serem analisados por Técnico do Trabalho. Ainda, em Cláusula Nona constante na Convenção Coletiva de Trabalho 2021 do Sindicato das empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados no Estado de Santa Catarina, dispõe:

“CLÁUSULA NONA – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
Considerando o que dispõe a norma celetista no art. 611-A, que estabelece que a convenção coletiva e o acordocoletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre o enquadramento do grau de insalubridade: Fica convencionado que os empregados que exercem as funções de jardineiro, servente, servente braçal, auxiliar de serviços gerais, líderes de limpeza e encarregados de limpeza, independentemente de limparem banheiros ou não, independentemente de limparem instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação ou não, perceberão adicional de insalubridade em grau médio, que corresponde a 20%, calculado sobre o piso salarial normativo proporcional do empregado, prevalecendo o acordado na norma coletiva sobre quaisquer outros dispositivos como Portaria, Normas Regulamentadoras, Resoluções, Instruções, Entendimentos e Súmulas. [...]”

Não havendo mais cálculos e análises contábeis a efetuar devido à petição impetrada pela participante, encaminhe-se o presente à Procuradoria-Geral do Município para a devida manifestação jurídica acerca das alegações apresentadas, e posterior encaminhamento ao Secretário de Administração para apreciação e Decisão Administrativa.”

Após a elaboração técnica da SEMTIP, o referido pedido foi submetido a análise da Procuradoria Geral do Município que assim se manifestou:

que: “em que pese a **argumentação da peticionante, cumpre esclarecer**

a) a empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda, apresentou recursos administrativo à época de modo tempestivo ante ao julgamento do certame do Pregão Presencial n. 345/2019, cujo objeto de contratação era objeto similar ao do presente certame, utilizando inclusive dos mesmos argumentos acima narrados;

b) como a época seu recurso administrativo foi improvido, a então licitante Orbenk Administração e Serviços Ltda, impetrou Mandado de Segurança (Processo n. 5015123-98.2020.8.24.0036), objetivando que a empresa GM Instaladora Ltda – ME fosse desclassificada do certame Pregão Presencial n. 345/2019, o qual foi denegada a segurança conforme decisão anexa.

c) os argumentos contidos no Mandado de Segurança, também são símeis aos ora apresentados, inclusive se trata da mesma licitante (GM Instaladora), evidenciando assim, que a ora peticionante já é conhecedora do posicionamento tanto da área administrativa como judicial.

Deste modo, recomenda-se o prosseguimento do certame, respeitando a análise efetivada pela Secretaria Municipal de Transparência e Integridade Pública através do Parecer Técnico nº 193/2021 (em anexo) na Planilha de Custos apresentadas pela licitante declarada vencedora do certame (GM instaladora)”

Desta feita, restam fundamentadas as respostas quanto aos questionamentos apresentados.

III. DISPOSITIVO

Diante do exposto, por tudo mais que dos autos consta e do direito aplicável à espécie, a secretaria da administração julga o pedido constitucional **IMPROCEDENTE**, encaminhando ao interessados o parecer técnico n. 193/2021 e manifestação jurídica.

Encaminhando esta decisão à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos para que se tome as devidas providências legais.

Jaraguá do Sul, 30 de junho de 2021.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração